

O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: da formação específica para a formação generalista

THE COURSE OF PEDAGOGY IN BRAZIL: from specific training to generalist training

Suzane da Rocha Vieira Gonçalves¹

Resumo: O presente artigo discute as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia a partir dos resultados de uma pesquisa que analisou o currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG após a implementação das diretrizes. O estudo situou-se no campo da investigação qualitativa e teve como caminhos metodológicos a investigação bibliográfica, a análise documental e a aplicação de questionários com os estudantes do quarto ano. Com isso, procurou-se compreender as principais mudanças na organização curricular do curso de Pedagogia da FURG, bem como as percepções dos estudantes acerca da nova organização curricular e seus efeitos para a formação do pedagogo. Após análise dos dados, foi possível perceber que o curso de Pedagogia assumiu um caráter generalista, não conseguindo aprofundar conhecimentos principalmente no campo da pesquisa, da gestão e da educação especial, pois a formação para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais se sobressai no currículo. Entendeu-se que as diretrizes atendem demandas de políticas internacionais e que buscam a formação de profissionais polivalentes e flexíveis, voltado aos interesses do modo de produção de bens e serviços, produzindo uma maior "empregabilidade".

Palavras-Chave: Curso de Pedagogia. Diretrizes Curriculares. Formação de Professores.

Abstract: This paper discusses the National Curricular Guidelines for the Pedagogy course from the results of a research that analyzed the curriculum of the Pedagogy course of the Federal University of Rio Grande - FURG after the implementation of the guidelines. The study was in the field of qualitative research and had as methodological paths the bibliographic research, the documentary analysis and the application of questionnaires with the students of the fourth year. The aim was to understand the main changes in the curricular organization of the FURG Pedagogy course, as well as the students' perceptions about the new curricular organization and its effects on the pedagogical formation. After analyzing the data, it was possible to perceive that the course of Pedagogy assumed a generalist character, not being able to deepen knowledge mainly in the field of research, management and special education, since the training for teaching in Early Childhood Education and in the early years stands out in the curriculum. It was understood that the guidelines meet the demands of international policies and that seek the formation of flexible and multipurpose professionals, focused on the interests of the production of goods and services, producing a greater "employability".

Keywords: Pedagogy course. Curricular guidelines. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Em 2006, com a aprovação das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (DCNP), todas as universidades iniciaram um processo de reformulação de seus cursos, buscando atender às novas exigências legais. As atuais diretrizes ampliaram o campo de atuação do pedagogo e propuseram uma formação única com o fim das habilitações. Passados 10 anos da aprovação das diretrizes para o curso de Pedagogia, tem-se discutido quais os impactos da aprovação deste ordenamento legal.

¹ Pedagoga, Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Educação e Doutora em Educação Ambiental. Professora Adjunta do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da FURG. E-mail: <suzanevieira@gmail.com >. ORCID ID: <<http://orcid.org/0000-0002-3156-2693>>

Nesse sentido, o presente artigo apresenta problematizações acerca da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia aprovadas em 2006, a partir dos resultados de uma investigação acerca do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, na qual buscou-se compreender as limitações e potencialidades do currículo do curso pós diretrizes.

A pesquisa desenvolveu-se no campo da investigação qualitativa, a qual pretendeu, a partir da investigação bibliográfica, da análise documental e da aplicação de questionários, compreender as mudanças na organização curricular do curso de Pedagogia da FURG, bem como as percepções dos estudantes acerca da nova organização curricular. A investigação foi realizada junto ao Curso de Pedagogia da FURG, oferecido na Instituição desde o final da década de 1960. Cabe dizer que o curso de Pedagogia já passou por várias reformulações que visaram a atender às exigências legais e ou demandas sociais.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, a definição do *corpus* de documentos foi processual; foram utilizadas para análise as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia da FURG e o Projeto Político-Pedagógico da Universidade Federal do Rio Grande. No decorrer da pesquisa o currículo do curso passou por algumas alterações que também foram incorporadas nos documentos do estudo.

Os documentos foram analisados pela proposta teórico-metodológica sugerida por Shiroma, Campos e Garcia (2005), a qual indica a necessidade de um estudo aprofundado sobre quais conceitos e argumentos são privilegiados e quais os intencionalmente “desprezados” nos textos do corpus documental. Para as autoras, esse processo nos aproxima da lógica ou racionalidade que sustenta os documentos. Cabe lembrar que os conceitos são muito importantes, pois, dependendo do contexto, as palavras podem adquirir significados diferentes, e a forma como os conceitos são utilizados nas políticas públicas na maioria das vezes contribuem para a construção de uma “hegemonia discursiva”, provocada pela disseminação massiva de documentos oficiais.

Além da pesquisa bibliográfica, foram aplicados questionários com os estudantes do quarto ano do curso de Pedagogia. Foi escolhida a técnica de questionário, pelo fato de essa se apresentar vantajosa para a pesquisa, já que permite o registro de informações de um grande número de pessoas; permitindo que as opiniões sejam expressas de forma escrita, isto é, diversificando a linguagem na manifestação de ideias distantes fisicamente e, portanto, sem a influência do pesquisador. Os questionários foram construídos com questões fechadas e abertas, permitindo verificar opiniões, escolhas conceituais, ações pedagógicas utilizadas, expectativas quanto ao projetado para o curso. Participaram do estudo, respondendo os questionários, 56 estudantes de um total de 67, que representou 83% dos acadêmicos do 4 ano.

Os dados coletados permitiram analisar a percepção que as estudantes possuem da formação e do currículo do curso, o que possibilitou pensar os limites e possibilidades formativas do currículo do curso de Pedagogia da FURG. Para análise das questões abertas foi adotado os procedimentos propostos pela perspectiva metodológica da Análise Textual Discursiva de MORAES e GALIAZZI (2007).

Na sequência do texto será apresentado brevemente os rumos apresentados ao curso de Pedagogia a partir da Resolução CNE/CP nº 1/2006, uma contextualização do curso de Pedagogia da FURG e por fim discutiremos a partir da percepção dos estudantes os limites e potencialidades da formação do curso de Pedagogia após a aprovação das diretrizes.

O CURSO DE PEDAGOGIA A PARTIR DA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1/2006

No Brasil, o Curso de Pedagogia foi criado em 1939 e, desde sua institucionalização, vem passando por uma série de mudanças político-pedagógicas marcadas pela aproximação às exigências do mundo produtivo. Em 2006, foram aprovadas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, as quais acarretaram alterações significativas na organização dos Cursos de Graduação em Pedagogia no país.

A Resolução CNE/CP nº 1/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, foi resultado de um longo debate, que desde o final da década de 1970 veio disputando concepções acerca do profissional formado nos cursos de Pedagogia. A aprovação das Diretrizes constituiu um lento processo, no qual há pelo menos 9 anos, se considerarmos como marco de início da reforma curricular do ensino superior o Edital da SESu/MEC nº. 4 de 1997, tem se discutido e negociado posições com relação a formação do Pedagogo.

No início de 2005, o Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Comissão Bicameral, composta por conselheiros da Câmara de Educação Superior e da Câmara da Educação Básica, que tinha como finalidade definir as diretrizes para o curso de Pedagogia, submeteu à apreciação da comunidade educacional o Projeto de Resolução que instituiria Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia. A partir da divulgação do projeto inicial, o CNE recebeu críticas e sugestões que provocaram a formulação de novas versões – em torno de 22 versões – do projeto original e do documento das Diretrizes, aprovado pelo Conselho Pleno do CNE em 13 de dezembro de 2005.

O Projeto de Minuta da Resolução do Conselho Nacional de Educação que circulou no Brasil a partir do início de março de 2005, deflagrou um amplo debate, principalmente na comunidade acadêmica, acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia. O Projeto apresentado era organizado em 12 artigos que sucintamente orientavam a organização do curso. Entre os artigos mais polêmicos da primeira versão das DCNP destaca-se o 2º, que definia que o Curso de Pedagogia se destinaria precipuamente à formação de docentes para Educação Básica, habilitando para o magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O fato de o documento indicar o Curso de Pedagogia como espaço exclusivo para formação de professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental e postergar para a pós-graduação a formação do especialista foi o principal aspecto desencadeador de uma série de discussões na comunidade educacional. Associações, sindicatos, grupo de professores e alunos do Curso de Pedagogia manifestaram-se com críticas e sugestões acerca da proposta de Diretrizes Curriculares. Entre as principais críticas estava a redução do Curso de Pedagogia à docência.

Provocados por esse processo de discussão, o CNE tornou públicas várias versões do parecer que aprovaria as diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Pedagogia; tais documentos expressavam as inúmeras posições que disputavam a formação do profissional do referido curso.

O Parecer CNE/CP nº. 5/2005, aprovado em 13 de dezembro de 2005, que apresentava o projeto de Resolução das Diretrizes para o curso de Pedagogia, transformava-o exclusivamente em um curso de formação de professores, relegando a um nível posterior de formação o especialista em educação. Tal fato provocou uma série de discussões a respeito da legalidade do artigo 14 (BRASIL, 2005), tendo em vista que esse negava a formação do especialista no Curso de Pedagogia, conforme o previsto no artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Assim, o parecer foi encaminhado pelo Ministro da Educação para um reexame pelo CNE.

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Educação realizou, no dia 20 de fevereiro de 2006, uma reunião com o objetivo de elaborar uma emenda ao Projeto de Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia do Parecer CNE/CP nº. 05/2005, retificando o artigo 14 (BRASIL, 2005). A nova redação foi elaborada em parceria entre as entidades e os conselheiros, ficando definida da seguinte forma:

Art. 14. A Licenciatura em Pedagogia nos termos do Parecer CNE/CP n. 5/2005 e desta Resolução assegura a formação de profissionais da educação prevista no art. 64, em conformidade com o inciso VIII do art. 3º da Lei n. 9.394/96.

§ 1º Esta formação profissional também poderá ser realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim e abertos a todos os licenciados.

§ 2º Os cursos de pós-graduação indicados no §1º deste artigo poderão ser complementarmente disciplinados pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos do Parágrafo único do art. 67 da Lei n. 9.394/96. (BRASIL, 2006b).

Com a nova redação, o reexame do Parecer CNE/CP nº. 05/2005 foi aprovado pelo CNE no dia 21 de fevereiro de 2006 e encaminhado ao Ministro da Educação, que homologou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia em quatro de abril de 2006. As DCNP só foram publicadas no diário oficial em quinze de maio de 2006, ficando conhecidas como Resolução CNE/CP nº. 1/2006.

Desse modo, as DCNP homologadas definem que o Curso de Pedagogia formará profissionais para o magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, para as matérias pedagógicas no Curso Normal de nível médio e de cursos da Educação Profissional, e ainda mantêm a formação de profissionais da educação prevista no artigo 64 da Lei nº. 9.394/1996. Nesse sentido, o projeto de resolução aprovado pelo CNE é resultado da correlação de forças postas no campo educacional que disputaram o perfil do “pedagogo” presente nas Diretrizes Curriculares.

A aprovação da Resolução CNE/CP nº. 1/2006 provocou a reformulação dos currículos dos cursos de Pedagogia no Brasil, dando um novo rumo à formação do pedagogo. Entre as principais modificações acarretadas pelas novas diretrizes curriculares destaca-se a ampliação da finalidade do curso, que passa a ter como campo de formação e atuação do egresso de Pedagogia as funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, além de atividades de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares, nas atividades de gestão, com o trabalho em escolas indígenas e com remanescentes de quilombos e o fim das habilitações conforme o artigo 10 da Resolução CNE/CP nº. 1/2006.

No que tange à carga horária do Curso de Pedagogia, a Resolução CNE/CP nº. 1/2006 determinou o mínimo de 3200 horas para integralização dos estudos, diferente da proposta inicial, que seguia a carga horária de 2800 horas, prevista pela Resolução CNE/CP nº. 2/2002, que estabelecia na época a carga-horária total para integralização dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior. Recentemente, em 2015, foi aprovada novas diretrizes para a formação de professores (Resolução CNE/CP nº. 2/2015) que definiram o mínimo de 3200 horas para todas as licenciaturas, porém, há um descompasso no que se refere a carga horário dos estágios, pois nas Diretrizes da Pedagogia ficou estabelecido 300 horas de estágio e nas atuais diretrizes para a formação de professores estabeleceu-se 400 horas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, aprovadas em 2006, estão

em consonância com as reformas educacionais implementadas nas últimas décadas, tanto no Brasil, como nos demais países da América Latina. Apesar do documento final das diretrizes ter contado com a participação de vários setores da sociedade, como associações e universidades, lutando por seus projetos e concepções de formação para os pedagogos, o texto final apresenta em seu conteúdo, as características das atuais políticas educacionais. Nessa direção, estudo realizado por Triches (2010) apontou que as Diretrizes do curso de Pedagogia apresentam aproximações com o perfil desejado de docente de algumas Organizações Multilaterais.

Tais políticas têm promovido uma nova configuração para a formação de professores e respondem ao modelo de expansão do ensino superior, que vem sendo implementado desde a década de 1990, no Brasil, e estão subordinadas às recomendações dos organismos internacionais. A nova configuração dos cursos de graduação, em especial as licenciaturas, tem provocado o debate acerca dos processos de flexibilização, desvalorização e precarização das relações de trabalho e emprego, além da discussão acerca da desprofissionalização e proletarianização do magistério (OLIVEIRA, 2003; FREITAS, 2007). Cabe dizer que essas políticas públicas educacionais têm provocado repercussões não só no cotidiano da escola, como também no trabalho docente e na própria identidade dos profissionais da educação, como estamos discutindo neste trabalho.

CONTEXTUALIZANDO O CURSO DE PEDAGOGIA NA FURG

A formação oferecida pelo Curso de Pedagogia na FURG passou por diversas habilitações, entre elas a formação de professores para atuar nas matérias pedagógicas do Magistério², na pré-escola, na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e pela formação de orientadores educacionais, supervisores educacionais, administradores educacionais e inspetores educacionais³. As modificações que foram ocorrendo no currículo do Curso de Pedagogia ao longo dos anos, não aconteceram de forma isolada, acompanharam as discussões nacionais acerca da formação do pedagogo.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia da FURG foi se configurando ao longo do tempo. Cabe destacar que, a partir de 1990, com a oferta das habilitações para Educação Infantil (Pré-Escola) e anos iniciais do Ensino Fundamental (séries iniciais) criou-se uma identidade muito forte entre professores e egressos do curso para essas áreas de formação. Com as novas diretrizes o curso teve que assumir uma nova organização, pois a legislação propunha o fim das habilitações e a formação de um pedagogo com perfil generalista. Assim, a FURG reformulou seus cursos de Pedagogia, que na época, caracterizavam-se pela formação de professores para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental em cursos específicos, propondo a criação do Curso de Pedagogia-Licenciatura.

O projeto do Curso de Pedagogia – Licenciatura da FURG foi elaborado em 2006, por um grupo composto por 10 professores que faziam parte da Comissão de Curso de Pedagogia. O documento foi organizado a partir dos seguintes aspectos: histórico e justificativa; caracterização do Curso; perfil do Profissional; objetivos; procedimentos metodológicos; carga horária; plano de

² Após a LDB o curso de Magistério passou a denominar-se Curso Normal.

³ Os cursos de Pedagogia oferecidos pela FURG em sua trajetória foram: Pedagogia – Habilitação Magistério; Pedagogia – Habilitação Magistério e Supervisão Escolar; Pedagogia – Habilitação Magistério e Administração Escolar; Pedagogia – Habilitação Magistério e Orientação Educacional; Pedagogia – Habilitação Supervisão Escolar; Pedagogia – Habilitação Administração Escolar; Pedagogia – Habilitação Orientação Educacional; Pedagogia – Habilitação Inspeção Escolar; Pedagogia – Habilitação Magistério e Inspeção Escolar; Pedagogia – Habilitação Magistério e Pré-Escola; Pedagogia – Habilitação Magistério e Séries Iniciais; Pedagogia – Habilitação Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Pedagogia – Habilitação – Educação Infantil; Pedagogia – Licenciatura.

implementação das disciplinas; ementas das disciplinas; quadro de sequência lógica; e, recomendações.

O desenho curricular proposto vai ao encontro do estabelecido nas Diretrizes Curriculares, pois com a extinção das habilitações pelo artigo 10, os cursos de Pedagogia deverão assumir prioritariamente em seus currículos, a formação para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além de envolver outras áreas no âmbito da formação do pedagogo.

O curso foi proposto com a oferta de uma turma com 45 estudantes no turno da manhã e outra no turno da noite, tendo como perfil profissional exatamente o estabelecido no artigo 4º da Resolução CNE/CP nº 1/2006. E o currículo do curso está organizado a partir de quatro núcleos, compostos por disciplinas, seguindo as orientações do artigo 6º da Resolução nº. 1/2006.

Inicialmente, o curso estava organizado com 3355 horas a serem integralizadas em 4 anos. Porém, no ano de 2008, a Comissão de Curso realizou uma alteração curricular no último ano do curso e reduziu a carga horária do curso para 3265 horas. Esta reformulação foi provocada pela preocupação que o grupo de docentes juntamente com a coordenação do curso tiveram com relação ao último ano do curso, que inicialmente previa que os estudantes deveriam realizar os estágios da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental paralelamente com seis disciplinas. Ao término do ano de 2010, com a vivência do quarto ano do curso e a conclusão da primeira turma, a Coordenação do Curso aprovou mais uma alteração curricular. Essas alterações foram motivadas principalmente pela manifestação dos alunos que indicavam a necessidade de disciplinas que evidenciasse mais o trabalho pedagógico nos anos iniciais de maneira articulada, a partir de uma perspectiva de currículo integrado. E a necessidade de aprofundar mais os conhecimentos na EJA, uma vez que é possibilitado aos estudantes a realização do estágio dos anos iniciais nessa modalidade de ensino.

Em 2015, a partir do estudo da organização curricular de cursos de Pedagogia de diferentes instituições públicas federais, no qual verificou-se que a maioria das instituições propunham pequenos estágios ao longo do curso e ao final os estudantes escolheriam uma das áreas de atuação para realizar o estágio final, propôs-se mais uma alteração curricular. Esta última alteração, introduziu no curso disciplinas de inserção na escola desde o primeiro ano e, ao final do curso, cada estudante elege se fará o estágio final na Educação Infantil ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

OS EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS DCN NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FURG

Conforme apresentado, o Curso de Pedagogia da FURG, ao buscar a adequação do seu currículo às Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aprovadas em 2006, extinguiu as habilitações para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e passou a formar o licenciando em Pedagogia, de modo a tornar-se apto para “exercer funções de magistério na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e na Área de Serviços e Apoio Escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (BRASIL, 2006b).

Analisando comparativamente os Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da FURG⁴, foi possível perceber que, a fim de adequar a formação para a docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais em um mesmo curso foi preciso reduzir a carga horária de algumas disciplinas para dar conta dessa dupla formação em um mesmo currículo. Os cursos de Pedagogia Educação Infantil e anos iniciais possuíam uma carga horária total de 2840 horas; já o atual Curso de Pedagogia estabelece a carga horária total em 3265 horas. Ainda que tenha ocorrido o aumento

⁴ Pedagogia – Educação Infantil, Pedagogia – Anos Iniciais e Pedagogia – Licenciatura.

da carga horária, não seria possível manter a formação para os dois níveis de ensino com a mesma carga horária antes estipulada, até mesmo porque outros aspectos se somam à formação do pedagogo, como, por exemplo, a formação do gestor educacional.

Um dos maiores impactos das alterações realizadas no Curso de Pedagogia foi nas disciplinas de Estágio, que tiveram diminuição da sua carga horária passando de 400 para 300 horas. Anteriormente era previsto no PPP dos cursos 4 disciplinas semestrais de Estágio que propunham a inserção no cotidiano educativo específico da Educação Infantil ou dos anos iniciais. Na primeira proposta pedagógica do Curso de Pedagogia da FURG após as Diretrizes foi proposto apenas três disciplinas de estágio, sendo uma anual, que se dividiu entre a inserção no cotidiano da Educação Infantil e dos anos iniciais, e duas disciplinas oferecidas no último semestre do curso, que previam, respectivamente, o estágio de regência na Educação Infantil e a regência nos Anos Iniciais. Desde 2015, a proposta do curso foi alterada, os estudantes no terceiro ano do curso passam por uma semana de estágio de docência na Educação Infantil e depois nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e no quarto ano do curso escolhem uma das etapas da Educação Básica para realizar o estágio final do curso com duração de 10 semanas.

Essa alteração trouxe um pouco mais de qualidade para o estágio final, porém sabe-se que mesmo o estudante tendo tido mais experiência em uma etapa, não impede que depois na sua atuação profissional venha a atuar na área em que teve uma menor inserção durante o curso. Mesmo com esta última alteração, o fim das habilitações e a formação única na Pedagogia reduziu significativamente o tempo da experiência docente em sala de aula, o que poderá interferir na qualidade da formação docente, principalmente no que tange ao debate sobre a prática pedagógica durante a formação.

Ainda que se faça tais mudanças buscando melhorias na organização curricular, é preciso ter clareza do

[...] pouco tempo e baixa CH dedicada a todas as áreas, num curso que tem como primeira finalidade a formação de docentes para as etapas iniciais da Educação Básica. Levando em conta que os egressos deverão trabalhar diariamente tanto com os conhecimentos como com o ensino dessas áreas, podemos afirmar que em muitas IFES há uma secundarização, para não dizer negligência, dos conhecimentos com os quais o Licenciado em Pedagogia terá que lidar diariamente em sala de aula, no exercício da docência. (TRICHES, p.244, 2016)

Outro aspecto que se faz importante destacar é que com a Resolução CNE/CP nº 1/2006, a finalidade do Curso de Pedagogia foi definida no artigo segundo, que estabeleceu: “aplica-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”. (BRASIL, 2006b) Essa formulação deixa claro que o curso se constituirá como uma licenciatura, vocacionado à formação do professor. No entanto, essa compreensão não restringe a docência às atividades pedagógicas em sala de aula. O egresso da Pedagogia deverá estar preparado para desenvolver outros trabalhos de natureza educativa, aspecto que fica expresso no artigo 4º das Diretrizes, o qual apresenta que as atividades docentes envolvem a gestão e a organização a partir do planejamento, da execução, da coordenação, do acompanhamento, da avaliação de sistemas e instituições de ensino formais e não formais, bem como ações de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional.

Assim, no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia da FURG, estão previstas disciplinas de Políticas Públicas de Educação, Gestão Educacional, Psicologia dos Portadores de

Necessidades Especiais, Língua Brasileira de Sinais, Educação de Jovens e Adultos, Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Educação, que buscam dar conta da concepção alargada de docência (VIEIRA, 2007), que vai além da formação de professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Quando a formação no Curso de Pedagogia era específica para uma ou outra área, podia ser considerado que a identificação com o campo profissional era anunciada desde o ingresso no curso. Todas as ações eram pensadas para a formação daquele profissional em específico: professor da Educação Infantil ou dos anos iniciais. A atual configuração do Curso de Pedagogia abre um leque de possibilidades de atuação profissional, conforme evidenciado acima, mas possui como eixo comum a ideia da docência; no entanto, apesar desse eixo, não fica claro aos estudantes e muitas vezes aos próprios professores do curso a que campo de atuação pertence.

Essa perspectiva na formação de pedagogos está ancorada no quadro das políticas educacionais brasileiras que, desde a década de 1990, vem promovendo um processo de reforma política. As mudanças engendradas pelo Estado brasileiro na área educacional configuram-se como uma resposta às transformações do mundo produtivo, para o qual características como polivalência dos trabalhadores, reestruturação das ocupações, flexibilização da produção, precisam estender-se à esfera educacional como uma das condições para sua própria existência social. A formação do licenciado em Pedagogia está sendo pensada nestes moldes e levam a uma formação generalista deste profissional (VIEIRA, 2007; DURLI, 2007; CANAN, 2009; EVANGELISTA, 2008).

Scheibe, ao analisar as propostas de diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia destaca que existe “uma importante diferença entre a proposta de diretrizes de 1999 e a atual definição para o Curso de Pedagogia: a primeira definia uma estrutura curricular geral possibilitadora de opções e verticalizações de formação; a atual definição é mais generalista e panorâmica” (p. 6, 2006).

Com o fim das habilitações, fica estabelecida uma formação generalista, perceptível pela abertura oferecida pelas diretrizes no que tange ao raio de atuação do licenciado em Pedagogia, sugerindo, ademais, uma variedade de possibilidades para que percursos e trajetórias individuais sejam possíveis. Por mais, que se saiba que a identidade possui um caráter individual e outro coletivo, é preciso que se tenha uma identificação com a formação para que se produza saberes significativos, que promovam comprometimento com o campo profissional e o meio sócio-ambiental.

A PERCEPÇÃO DAS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FURG SOBRE O CURRÍCULO E O PERCURSO FORMATIVO

Para compreender como os estudantes do curso de Pedagogia da FURG percebem o seu currículo e o percurso formativo, questionamos sobre a avaliação que elas fazem do curso e sobre a opinião que os mesmos possuem acerca do fim das habilitações. Foi possível perceber que os estudantes fizeram uma análise bastante crítica do currículo, apontando aspectos que vem sendo discutidos por muitos estudiosos desde a aprovação das diretrizes, acerca da formação em Pedagogia.

Da fala dos estudantes, destacou-se três aspectos que foram mais frequentes e que indicaram, de modo geral, como eles percebem o currículo do curso de Pedagogia da FURG. Tais aspectos estão relacionados com a formação superficial nas diferentes áreas anunciadas nas diretrizes, o tempo de duração do curso e o preparo para a inserção no mercado de trabalho.

A percepção de que o currículo do curso de Pedagogia tem oportunizado uma formação superficial, se dá devido às diretrizes curriculares proporem uma formação bastante generalista,

em que o pedagogo, conforme já explicitado, - segundo o artigo 4º da Resolução nº. 1/2006, deverá ser apto a exercer as funções de professor na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar e, em outras áreas, nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, por meio de um currículo que abranja, também, conhecimentos de gestão educacional, educação de jovens e adultos, educação especial, entre outros, não havendo mais as habilitações. O fim das habilitações e a definição de um currículo abrangente, para ser executado em apenas 3200 horas, tem sido discutido e criticado por muitos autores e, no caso do estudo realizado, foi indicado pelos estudantes como uma preocupação, já que os conhecimentos em determinadas áreas acabam por não ser aprofundado em 4 anos de curso, como pode-se ver nas falas que seguem:

Acredito que o curso de Pedagogia, com suas últimas alterações, trouxe muitas vantagens e aspectos positivos, mas ainda acredito que, em aspectos da duração, deveria ser 5 anos, pois algumas disciplinas vemos muito rápido, principalmente em relação às disciplinas de pedagogia e ressaltando nossa capacitação para gestão são muito carentes durante o curso, mesmo consciente que devemos estar em constante formação acredito que 5 anos de duração poderia contribuir positivamente para todos. (Estudante1)

O curso de Pedagogia tem modificado positivamente o currículo, com disciplinas indispensáveis à aplicação de conhecimento, como tópicos e currículo dos anos iniciais, além de tópicos da EJA, mesmo assim, considero necessário uma modificação quanto ao espaço destinado ao estudo da EJA. (Estudante 9)

O curso de Pedagogia da FURG, a partir da aprovação das diretrizes curriculares, passou a ter como enfoque de formação a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, abrangendo em seu currículo disciplinas que abordam temáticas como gestão, pesquisa, Educação de Jovens e Adultos e educação especial. No entanto, tais áreas acabam sendo tratadas em uma ou duas disciplinas, o que inviabiliza um maior aprofundamento teórico-prático. Na FURG, o currículo prevê apenas uma disciplina na área de gestão, duas disciplinas na área da inclusão, sendo uma delas Libras, que é obrigatória por lei, e ainda duas disciplinas acerca da Educação de Jovens e Adultos.

Essa problemática encontrada no curso de Pedagogia da FURG foi uma das preocupações apontadas por vários autores que analisaram as diretrizes, na ocasião da sua aprovação. Kuenzer e Rodrigues (2006), Libâneo (2006), Vieira (2007), questionaram como um único curso de graduação daria conta da formação de diversos profissionais (professor de Educação Infantil, professor dos anos iniciais, professor da EJA, gestor, pesquisador), acenando que isso traz uma imprecisão conceitual acerca da Pedagogia, bem como que a ampliação demasiada do perfil do egresso fragilizará a formação, que deveria ser consistente.

A pesquisa realizada por Limonta (2009) acerca do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás, também aponta para aspectos elencados pelos estudantes do curso de Pedagogia da FURG, a autora verificou que, na realidade estudada, a formação para a gestão também se constituiu num ponto frágil da formação e do currículo do curso, salienta que os estudantes se sentem melhor preparados para o exercício da docência, do que para o exercício da gestão e, ainda, aponta a frágil formação para o trabalho pedagógico, com a inclusão escolar. Como evidencia a fala do estudante 1, “penso que se o curso nos habilita para certas atividades a consistência, principalmente na EJA e gestão escolar, necessitam ser trabalhadas e desenvolvidas com maior ênfase”.

Mesmo o documento das diretrizes curriculares apontando uma nova concepção de docência para a Pedagogia, em que esta consiste na formação integrada do professor, do gestor

e do pesquisador, estudos como este têm apontado que a formação para gestão e para a pesquisa são grandes desafios para as universidades, já que possuem saberes específicos e os currículos não têm dado conta de trabalhá-los, já que o foco está na formação do professor de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

A seguir apresenta-se a percepção de um estudante do curso de Pedagogia da FURG acerca do currículo:

Considero que o curso é bom, porém existem diversas modificações curriculares a serem feitas, para que se alcance o curso de pedagogia que sonhamos. Muitas disciplinas são superficiais e acrescentam pouco para nossa formação, o terceiro ano é muito marcante e sobrecarregado, o que dificulta o desenvolvimento de um trabalho de qualidade. (Estudante 2).

A fala do estudante 2 reforça a ideia da superficialidade das disciplinas e a necessidade de uma revisão curricular, uma vez que, para dar conta de todas as discussões previstas nas diretrizes, algumas disciplinas ficam sobrecarregadas e prejudicam a aprendizagem das estudantes. Acredita-se que ao trazer a preocupação de que a formação oportunize “o desenvolvimento de um trabalho de qualidade”, expressa uma angústia, que é fruto de um currículo generalista.

Corroborar-se com as ideias de Limonta (2009) ao afirmar que as diretrizes curriculares contribuem para que a formação do pedagogo possua sua organização, estrutura e funcionamento comprometidos com os princípios constitucionais da LDB nº. 9.394/1996, sem a fragmentação de habilitações que muitas vezes pulverizam os conteúdos da formação. Uma vez que a LDB é considerada, por muitos estudiosos, como um marco na institucionalização da política educacional brasileira, por ser uma legislação bastante flexível.

Cabe dizer, que ao falar-se em gestão, não se está abordando as questões referentes à formação do especialista em educação, que envolvem os profissionais que atuam na administração, coordenação, supervisão e orientação educacional. Ainda que as diretrizes tenham definido que a formação do especialista ocorreria no curso de Pedagogia, esta formação constitui-se em um dos nós do currículo, nas universidades em geral. No caso da FURG, o Projeto Político-Pedagógico do curso nem menciona os especialistas, e a gestão é pensada de maneira ampla e generalista.

No curso de Pedagogia da FURG, pode-se inferir que a pesquisa está prevista de maneira planejada em quatro disciplinas apenas: Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Educação, Trabalho de conclusão de Curso I e II e Estágio⁵. Tal fato reflete na fala do estudante abaixo:

Sinto muita falta da inserção no espaço educativo anterior ao estágio. Considero importante serem revistas as práticas docentes com os conteúdos, percebo muito distanciamento da teoria com a prática. Pouco incentivo à pesquisa e à produção, na graduação. Mas, avalio o curso de forma positiva, por entender que o currículo está sempre em movimento. (Estudante 39)

As palavras da estudante revelam uma preocupação com a formação para a pesquisa, essa não se apresentou no estudo como uma problemática, para a maioria dos acadêmicos, mas chamou atenção pela relevância da pesquisa na formação de professores e por ser um aspecto que foi discutido por importantes pesquisadores como Evangelista (2008), Libâneo (2006) e Scalcon (2008). A percepção que se faz da produção do conhecimento, no âmbito do curso de

⁵ A disciplina de Estágio é realizada no 3º ano do curso de Pedagogia e tem como foco a inserção dos estudantes nas instituições educativas para investigar a respeito do funcionamento da escolar e as práticas educativas realizadas tanto na Educação Infantil como nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Pedagogia, a partir das Diretrizes Curriculares, é que esta acabou sendo reduzida aos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, a procedimentos que resultem em soluções rápidas aos problemas que emergem no espaço restrito da escola, particularmente da sala de aula. Essa visão de pesquisa está atrelada à corrente pragmata, presente nas políticas de formação de professores, conforme destacou Scalcon (2008).

Através da percepção de uma formação superficial para algumas áreas, está a questão do tempo de duração do curso. As diretrizes curriculares determinam a carga horária do mesmo em 3200 horas, sem definir o tempo mínimo para integralização, existe apenas uma recomendação, do Departamento de Supervisão do Ensino Superior do Ministério da Educação, para que o curso de Pedagogia fosse realizado em um período mínimo de quatro anos. Tal recomendação tem sido seguida pela maioria das universidades federais, como a FURG, porém este estudo, entre outros, contribui para pensarmos na necessidade de ampliação do tempo de duração do curso. A fala da estudante que segue ratifica essa ideia:

Penso que o currículo com suas reformas proporcionou mais possibilidades de aprendizado, já que trouxe mais cadeiras nos diferentes níveis de ensino que o nosso curso constituiu, por isso acredito que nos causou mais embasamento para os espaços além da faculdade, que iremos atuar. Mas, ainda acredito que o curso precisa ampliar o seu tempo de formação, para que seus conteúdos possam ser mais aprofundados, possibilitando maior envolvimento e aprofundamento de seus alunos. (Estudante 15)

No entanto, as universidades públicas encontram muita resistência com relação a ampliação da carga horária, devido ao aumento do custo que isso representa e a concorrência com as instituições privadas que procuram organizar cursos mais aligeirados, que por consequência possibilitam ao egresso o acesso ao mercado de trabalho mais rapidamente.

Acredita-se que a graduação deve ser encarada como a formação inicial, uma primeira etapa da formação profissional e que, posteriormente, é necessário a realização de uma formação continuada. Porém, considera-se que ao concluir a graduação, os egressos precisam sair com conhecimentos suficientes para desempenhar com qualidade e competência a prática profissional, ao se inserirem no mercado de trabalho. Corrobora com essa visão o estudante 59:

Precisaria ser mais longo, apesar da indicação da formação continuada. Na turma discutimos algumas vezes sobre a inserção nas escolas, desde os primeiros anos do curso. O trabalho que é desenvolvido no PIBID parece exemplar para orientação dos discentes, um bom modelo. Se nem todos podem participar, facilitar a partilha dessas experiências acredito que qualifique a formação. Falta estágio em gestão educacional. As últimas mudanças, bem como a chegada de professores muito competentes, também foram positivas. Precisaríamos, lembro, de uma orientação maior que direcionasse os estudos à participação em eventos, para além de pôsteres, apresentação oral, me refiro a artigos, por exemplo. Bem como à iniciação ao Lattes. A disciplina de Libras tem deficiências sempre na carga-horária. (Estudante 59)

Com relação ao terceiro aspecto destacado da fala dos estudantes, que se refere à inserção no mercado de trabalho, os acadêmicos participantes do estudo, destacaram, como positivo, o fato do novo currículo do curso possibilitar a formação em várias áreas, pois no entendimento deles isso facilitará a inserção no mercado de trabalho, conforme evidencia a fala que seguem:

Eu penso que o curso habilita para várias áreas da educação, tornou o curso mais complexo, em termos de campo para concursos públicos temos a possibilidade de concorrer a uma vaga graças ao curso que nos tornou apta. (Estudante 5)

O fim das habilitações proporcionou a formação de um profissional polivalente que, no

atual modelo econômico, preconiza a acumulação flexível, exigindo profissionais adaptáveis às mudanças e exigências do mercado de trabalho. Para os estudantes “o fim das habilitações foi muito bom para o aumento de chances no mercado de trabalho” (Estudante 27). Considera-se que a atual proposta de formação docente, das diretrizes para o Curso de Pedagogia, possibilita uma maior empregabilidade no contexto do padrão flexível de acumulação.

O fim das habilitações no curso de Pedagogia contribui para um fenômeno que Brzezinski (2008) chama atenção. Trata-se da frenética busca por qualificações requeridas pelo mercado, que muitas vezes são de qualidade duvidosa e acabam contribuindo mais para inchar o currículo daqueles que pretendem ingressar no mercado, do que para preparar o profissional.

Considerando o importante papel social dos professores, sua formação sempre visa atender aos interesses do projeto de sociedade e de educação de cada época. Nesse sentido, as mudanças que estão sendo impressas na formação de professores seguem na direção das mudanças ocorridas nas relações sociais e no trabalho, em consonância com o modelo produtivo, que vai sendo definido a cada período histórico (SILVA, 2005).

As políticas educacionais alteram a natureza das funções docentes. A flexibilização das instituições formadoras de professores, assim como do perfil destes profissionais funcionam como mecanismos para atender as mudanças no processo produtivo e adaptá-los às necessidades do mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o atual contexto das políticas públicas de formação de professores, percebe-se que o curso de Pedagogia, a partir da normativa aprovada em 2006, propõe uma formação aos pedagogos atrelada aos interesses do modo de produção de bens e serviços, que possui como suas principais características a acumulação flexível e a flexibilização do trabalho (CATANI, OLIVEIRA e DOURADO, 2001). A proposta de um currículo polivalente, generalista e flexível corrobora com os anseios do mercado de trabalho, pois se antes o egresso atuaria em uma única etapa de ensino, hoje ele está capacitado para atuar em mais de uma etapa e modalidade de ensino, na docência.

A partir do estudo realizado com o curso de Pedagogia da FURG, foi possível tecer algumas problematizações acerca dos efeitos da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. O estudo acerca do Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia da FURG verificou que o mesmo tem como foco a formação para a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental com crianças e na Educação Infantil e que as áreas como a gestão educacional e a pesquisa ficaram secundarizadas na formação do pedagogo da FURG, destinadas ao estudo de uma e duas disciplinas, respectivamente. Sendo assim, a análise realizada do Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia da FURG vai ao encontro da percepção que as estudantes possuem do currículo do curso. As respostas dos acadêmicos revelaram a superficialidade na formação para gestão e pesquisa e destacaram a formação para o trabalho pedagógico nos anos iniciais e na Educação Infantil.

Compreende-se que o estudo possibilitou inferir que o modo de ser pedagogo diferencia-se do trabalho dos professores das demais licenciaturas, pois mesmo com a base docente, o curso de Pedagogia assumiu uma formação polivalente e generalista, que abrange diferentes saberes para dar conta da complexidade dos diferentes espaços possibilitados para atuação do pedagogo, nas diversas esferas da educação. No entanto, concordados com Triches (2010) que o licenciado em Pedagogia se tornou um superprofessor, pois possui muitas atribuições e competências e escassa formação teórica.

Concorda-se com a percepção dos estudantes ao afirmarem que o atual currículo possibilita

uma melhor inserção no mercado, pois os egressos saem diplomados para atuar em diferentes áreas, conforme atuais orientações do meio produtivo. Enquanto muitos pesquisadores fazem a crítica da adequação dos cursos de graduação à lógica do mercado, os estudantes, preocupadas com a sua inserção no mercado de trabalho, fugindo do desemprego, enxergam positivamente o fim das habilitações. Um dos problemas que se tem verificado com relação a formação generalista é que ainda existem instituições e até mesmo prefeituras que não compreendem o fim das habilitações e questionam o diploma do pedagogo sem as habilitações.

Por fim, entende-se que, mesmo passados 10 anos da aprovação das diretrizes, a Pedagogia ainda está constituindo-se como um curso generalista. Há um grande esforço das universidades em oportunizar uma boa formação para o professor da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando minimamente os demais aspectos que envolvem a formação do pedagogo. No entanto, este tem-se constituído em um grande desafio, pois cada vez mais tem-se debatido e colocado demandas para as especificidades do trabalho pedagógico com as crianças tanto no trabalho com os bebês e as crianças pequenas, como no ciclo da alfabetização que complexificam a formação docente no curso de Pedagogia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 15 de julho de 2017

_____. *Parecer nº 5/2005*. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Conselho Nacional de Educação, Dezembro de 2005. Disponível em <<http://mec.gov.br/cne>> Acesso em 2 de junho de 2017.

_____. *Parecer nº 3/2006*. Reexame do Parecer 5/2005. Conselho Nacional de Educação, fevereiro de 2006a. Disponível em <<http://mec.gov.br/cne>> Acesso em 2 de junho de 2017.

_____. *Resolução 1/2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Conselho Nacional de Educação, Maio de 2006b. Disponível em <<http://mec.gov.br/cne>> Acesso em 2 de junho de 2017.

BRZEZINSKI, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1.139-1.166, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000400010> Acesso em: 10 julho de 2017.

CANAN, Silvia Regina. Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica: tensões e limites entre o específico e o pedagógico na formação docente. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular nos cursos de graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*. Campinas, ano XXII, n. 75, p. 67-83, ago. 2001.

DURLI, Zenilde. O processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia: concepções em disputa. *Tese de Doutorado em educação*. Programa de Pós-Graduação em Educação – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.

EVANGELISTA, Olinda. Conhecimento e Diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia no Brasil. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n.2, 551-570, jul./dez.2008.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Educação & Sociedade*. 2007, vol.28, n.100, pp. 1203-1230. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2628100.pdf> Acessado em 18 de julho de 2017.

FURG. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura*. 2006. Mimeo.

KÜENZER, Acácia Zeneida; RODRIGUES, Marli de Fatima. As diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia: uma expressão da epistemologia da prática. In: SILVA, Aida M. Monteiro et al (Orgs.). *Novas subjetividades, currículos, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social*. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, , 2006, Anais eletrônicos. Recife: ENDIPE, 2006, p. 185 – 212.

LIBÂNEO, José Carlos. Diretrizes curriculares da pedagogia: um adeus à pedagogia e aos pedagogos? In: SILVA, Aida M. Monteiro. et al (orgs.). *Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social*. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 13, 2006. *Anais eletrônicos*. Recife: ENDIPE, 2006. (p. 213-241).

LIMONTA, Sandra Valéria. *Currículo e formação de professores: um estudo e proposta curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás. Tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiás*. 2009.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007.

OLIVEIRA, Dalila, Andrade. *As reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RIBES, Eva Lizety, CESTARI, Maria Luísa, MIRANDA, Olga. *Proposta de ajustamento da oferta do Curso de Pedagogia (estudos prévios para discussão)*. Rio Grande: FURG, 1995, mimeo.

SCALCON, Suze. O pragmatismo epistemológico e a formação do professor. *Revista Percursos*, Florianópolis: UDESC, v. 09, n. 02, ano 2008, págs. 35-49, 2008. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1576>>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

SCHEIBE, Leda. O projeto de profissionalização docente no contexto da reforma educacional iniciada nos anos 1990. *Educar em Revista*, Editora UFPR, Curitiba, n. 24, p. 177-193, 2004.

_____. O curso de Pedagogia no embate entre concepções de formação. In: GUIMARÃES, Valter Soares. *Formar para o mercado ou para a autonomia? o papel da universidade*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

SHIROMA, Eneida Otto; CAMPOS, Roselaine Fátima; GARCIA, Rosalba. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SILVA, Andréia Ferreira da. *A Formação de professores para a educação básica no Brasil: projetos em disputa (1987-2001)*. Painel da 28ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu 2005. Disponível <<http://www.anped.org.br/28/inicio.htm>> Acesso em: 12 de julho de 2017.

VIEIRA, Suzane da Rocha. Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia: pedagogo, docente ou professor?. *Dissertação de mestrado em Educação*. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2007.

TRICHES, Jocemara. Organizações multilaterais e curso de pedagogia: a construção de um consenso em torno da formação de professores. *Dissertação de mestrado em educação*. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2010.

ISSN 1983-1579
Doi: 10.15687/rec.v10i2.35393
<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

_____. A internacionalização da agenda do capital em cursos de Pedagogia de universidade federais (2006-2015). *Tese de doutorado em educação*. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2016.

Recebido em: 25/07/2017
Aceito em: 12/08/2017
Publicado em: 31/08/2017